

Direitos da criança na sociedade portuguesa: qual o *lugar* da criança?

Catarina Tomás

Escola Superior de Educação de Lisboa

Resumo: Podemos considerar o século XX como o século dos direitos da criança. Foi nesse século que se edificou um quadro jurídico-legal de protecção às crianças e surgiram as instituições e organizações transnacionais em prol da infância e dos seus direitos.

A análise da situação da infância em Portugal caracteriza-se por um conjunto de avanços, impasses e retrocessos, desassossegos e desafios, na afirmação dos direitos da criança e na edificação de condições de bem-estar social para esta categoria social. A título de exemplo, pode-se referir que Portugal foi um dos primeiros países a aprovar uma Lei de Protecção à Infância, em 1911, a consagrar na Constituição da República de 1976, como direitos fundamentais, a infância e a ratificar a Convenção dos Direitos da Criança, em 1990. Contudo, muitos compromissos permanecem incumpridos, não porque os direitos das crianças sejam demasiado ambiciosos, inatingíveis ou tecnicamente impossíveis de promover, mas porque a agenda da infância não é ainda considerada como uma prioridade política, cultural, económica e social. Este facto é ilustrativo de uma sociedade em tensão, entre os seus discursos oficiais sobre os direitos da criança e a sua acção na área das “políticas para a infância”.

A partir da análise de indicadores sociais, económicos, demográficos, legislativos, culturais e simbólicos sobre a infância e as crianças em Portugal, nas últimas décadas, após a ratificação por Portugal da Convenção dos Direitos da Criança, pretende-se identificar as tensões e as ambiguidades que trespassam na sociedade portuguesa.

Palavras-chave: Direitos da criança, sociedade portuguesa, caracterização sociológica.



Tomás, Catarina (2012). Direitos da criança na sociedade portuguesa: qual o lugar da criança? *Da Investigação às Práticas*, II (1). 118 - 129.

Contacto: Catarina Tomás, Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa, Portugal / ctomas@eselx.ipl.pt

Abstract: We can consider the twentieth century as the century of children's rights. It was in this century that a legal framework was built in order to protect children. Institutions and transnational organizations emerged on behalf of children and their rights. The analysis of children's condition in Portugal can be characterized by a set of advances, setbacks and stalemates, unrest and challenges, in asserting children's rights and building conditions of social welfare for this category. For example, it can be noted that Portugal was one of the first countries to adopt a Child Protection Act in 1911, to consecrate childhood as a fundamental right in the 1976 Constitution and to ratify the Convention on the Rights of the Child in 1990. However, many commitments remain defaulted not because children's rights are too ambitious, unachievable or technically feasible to promote, but because the childhood agenda is still not regarded as a priority political, economic and social development. This is illustrative of a society in tension between official speeches about child rights and action in the area of "children policies".

From the analysis of social, economic, demographic, legislative, cultural and symbolic indicators about childhood and children in Portugal in recent decades, following Portugal's ratification of the Convention on the Rights of the Child, we are able to understand the tensions and ambiguities that cross the Portuguese society.

Key-words: Children's Rights, Portuguese society, sociological characterization.

Résumé: On peut considérer le XXe siècle comme le siècle des droits de l'enfant. Dans cette un cadre juridique pour protéger les enfants ont été construites et des institutions et des organisations transnationales en faveur des enfants et de leurs droits ont émergé. L'analyse de la situation des enfants au Portugal se caractérise par un ensemble de progrès, échecs et impasses, troubles et défis, en affirmant les droits des enfants et les conditions de construction de la protection sociale pour cette catégorie sociale. Par exemple, on peut noter que Portugal a été l'un des premiers pays à adopter une Loi sur la Protection des Enfants en 1911, à inscrire dans la Constitution de 1976 l'enfance comme un droit fondamental et à ratifier la Convention Internationale des Droits des enfants en 1990. Cependant, il reste de nombreux engagements en souffrance non pas parce que les droits des enfants sont trop ambitieux, irréalisable ou techniquement possible de promouvoir, mais parce que l'ordre du jour de l'enfance n'est toujours considérée comme une priorité du développement politique, économique et sociale. Ceci est indicatif d'une société dans une tension entre les discours officiels sur les droits des enfants et l'action dans le domaine des « politiques pour les enfants ».

En analysant des indicateurs sociaux, économiques, démographiques, législatifs, culturels et symboliques sur l'enfance et les enfants au Portugal dans les dernières décennies, suite à la ratification par le Portugal de la Convention relative aux droits de l'enfant, nous pouvons comprendre les tensions et les ambiguïtés qui sont percés dans la société portugaise.

Mots-clés: droits de l'enfant, la société portugaise, la caractérisation sociologique.

Introdução

Apesar de todas as conquistas alcançadas ao longo da história na defesa dos direitos das crianças, não podemos afirmar a conquista plena desses direitos. Persistem, mais ainda com a crise económica que vivemos actualmente, direitos que estão longe de serem garantidos, como por exemplo a pobreza infantil, que permanece como um problema grave, em sociedades como a portuguesa.

O Relatório da Situação Mundial da Infância (UNICEF, 2010) revela que milhões de crianças não têm ainda acesso a cuidados de saúde de qualidade, a alimentos nutritivos, à educação, a fontes de água potáveis, a saneamento e a condições de habitação de que necessitam para que possam sobreviver e desenvolver-se. Outros dados relativos a algumas dimensões da vida das crianças, que serão apresentados de seguida, exemplificam o horizonte ainda longínquo, que teimosamente se mantém difícil de alcançar, na conquista dos direitos da criança. Há aspectos na situação mundial da infância que não se alteraram nas últimas décadas: 101 milhões de crianças continuam a não frequentar o ensino primário; 150 milhões de crianças entre os cinco e os catorze anos estão envolvidas em trabalho infantil; 500 e 1500 milhões de crianças são anualmente vítimas de violência; mais de 70 milhões de crianças e jovens no mundo que deviam frequentar o ensino secundário, estão excluídos da escola. Mais de 20% de crianças sofre de algum problema mental ou comportamental e a depressão é a doença mais recorrente. Sabe-se que todos os anos mais de 70 mil rapazes e raparigas se suicidam (UNICEF, 2010).

Há, no entanto, indicadores que revelam que a situação das crianças melhorou em algumas áreas, a saber: a diminuição de mortes de crianças menores de cinco anos e das mortes devidas ao sarampo; e, o aumento do tratamento de crianças menores de 15 anos portadoras de HIV, sobretudo na África subsariana (UNICEF, 2010).

Podemos, ainda, referir o facto de ter aumentado a atenção pública face à infância, devido sobretudo à acção das ONG, dos *media* e da ciência (medicina, psicologia, pedagogia, sociologia). Essa atenção reflectiu-se nas agendas políticas, nacionais e globais, acompanhada, consequentemente, por políticas públicas e pelo aumento nos orçamentos para as rubricas associadas à infância e à família, ainda que se mantenham em níveis considerados baixos. Mesmo os países centrais disponibilizaram apenas entre 12% a 14% dos seus orçamentos para os serviços sociais básicos, o que é claramente insuficiente para garantir os serviços mínimos de saúde, educação, água potável e saneamento básico. Comparando com aquilo que o mundo gasta em armamento ou bens de luxo, os recursos necessários para garantir as necessidades básicas das crianças são modestos (Annan, 2001).

2. A situação da infância e das crianças em Portugal

A sociedade portuguesa, como já foi afirmado anteriormente, pode ser caracterizada sociologicamente como sendo uma sociedade semiperiférica ou de desenvolvimento intermédio.

Nos últimos trinta e sete anos, após a Revolução democrática do 25 de Abril de 1974 e a integração na Comunidade Europeia Portugal, em 1986, aproxima-se do centro, sem que se tenha tornado um. Isto significa que nas últimas quase quatro décadas passou por diversos processos, acelerados, complexos e turbulentos, que tiveram impactos em diferentes campos da vida social, não isentos eles próprios de alguma desordem e contradição. Quando analisamos a situação da infância em Portugal a partir desta óptica pretende-se neste artigo identificar um conjunto de tensões e contradições relativamente ao lugar que as crianças ocupam na sociedade portuguesa. Merecerá especial atenção nessa discussão o papel dos profissionais de educação e o sentido das suas práticas à luz dos direitos da criança.

2.1. Características da infância e das crianças em Portugal

Quando nos reportamos, ainda que de forma breve, às características sociodemográficas em Portugal são várias as mudanças que podemos referir: a baixa da taxa de natalidade¹, o aumento da taxa de envelhecimento², a diminuição da dimensão das famílias, o aumento do número de indivíduos a viver sozinhos bem como do número de famílias monoparentais, a diminuição do número de casamentos e o aumento do número de divórcios e de uniões de facto.

Estas características são partilhadas pela maioria dos países europeus e nesse sentido Portugal aproxima-se do centro, contudo há determinadas particularidades que nos afastam dessa centralidade, como veremos de seguida.

¹ Portugal registou a terceira menor taxa de natalidade entre os 27, ao atingir 9,4 nascimentos por cada 1000 habitantes. A taxa bruta de natalidade em 1960 era de 24,1‰; 1970, 20,8‰; 1990, 11,7‰ e 2009, 9,4 ‰ (Eurostat, 2010; Pordata, 2011).

² Em 1960 era de 27,3%; em 2001 de 102,2% (Pordata, 2011)

Quadro I

Caracterização sociodemográfica da infância em Portugal

Indicadores	Dados
Número de crianças (0-14 anos)	1981: 2 508 673 2005: 1 644 231
Índice sintético de fecundidade	1960: 3 crianças por mulher em idade fecunda 1983: a 2,1 (tido como o limiar de garante da substituição de gerações) 2009: 1,32
Percentagem das crianças portuguesas no total da população nacional em 2005	15,6%. (maiores de 65 anos: 17,1%)
Idade média da 1ª maternidade (2006)	1990: 24,8 2009: 28,6
Taxa de mortalidade infantil (‰)	1990: 10,9 2009: 3,6
Esperança de vida à nascença (2008)	Mulheres: 81,8 Homens: 75,8
Crianças imigrantes (0 aos 14 anos) (2006)	33 465 (2% da população total de crianças)

Fonte: INE, 2009; *Save the Children* 2004; UNICEF, 2007; Sarmento, 2008; Tomás e Fernandes n.d.; Pordata, 2011.

Os dados apresentados terão ainda que ser relacionados com as alterações significativas das famílias e da conjugalidade (Almeida e Wall, 2001) e a forma como se entende o lugar das crianças na esfera familiar (Cunha, 2007), ou seja, por uma redefinição da forma de considerar os filhos, a sua educação, o seu papel e o investimento que neles se faz...ou não. Se acrescentarmos a estes factos e nos reportarmos à situação das mulheres trabalhadoras portuguesas, e é, por exemplo, nesta área que ainda estamos longe do centro a que nos referíamos anteriormente. Podemos apontar vários aspectos que marcam a sociedade portuguesa nesta área: as longas horas de trabalho que as mulheres têm (o horário de trabalho mais longo da União Europeia); a intensa actividade económica (uma das mais elevadas taxas de actividade feminina da União Europeia); os mais baixos salários da União Europeia; e a ausência de mecanismos compensatórios. A situação das mulheres imigrantes é ainda pior pela sua invisibilidade nas estatísticas (Wall *et al.*, 2005).

Estes dados numa primeira leitura podem ser descoincidentes com o relatório produzido pela organização *Save the Children* (2010) onde se afirma que Portugal é um bom país para se ser mãe. Contudo, quando se analisam os dados apresentados e o universo se reduz aos países desenvolvidos, regista-se uma diminuição da posição de Portugal no *ranking*. Segundo a OCDE (2009b) Portugal é dos países que menos estímulos fiscais oferece às famílias. Na Europa, apenas Espanha e Polónia têm incentivos mais baixos. No extremo oposto, Luxemburgo, Alemanha, França, Bélgica ou Áustria são os Estados onde mais compensa ter filhos.

As políticas de família caracterizam-se no nosso país pela sua baixa intensidade (Portugal, 2000). Se analisarmos o gasto público com a infância nos países da OCDE, o México é o país que gasta menos e a Noruega o que gasta mais³. Portugal está na oitava posição dos países que gastam menos (OECD, 2009a). Face a este quadro torna-se necessário e urgente um investimento nas políticas para a infância e o estabelecimento de programas que considerem, por exemplo, a relação entre a vida familiar e a vida profissional, a necessidade de equipamentos de apoio à família (acesso e custo), como creches, jardins-de-infância, lares, serviços de proximidade e investir na intervenção e na mediação com as famílias.

2.2. Características de diversas situações das crianças em Portugal

Para além dos dados sociodemográficos apresentados há outros que nos permitem olhar mais profundo sobre a situação das crianças portuguesas.

Quadro 2

Caracterização da situação das crianças em Portugal: alguns dados

³ Para saber a forma de cálculo dos gastos utilizada, consultar: <http://www.oecd.org/dataoecd/29/3/44362348.pdf> (último acesso em 28 de Abril de 2011).

Situação das crianças	Dados
Risco de taxa de pobreza para pessoas com menos de 18 anos (2010)	22,9%
Abandono de crianças com menos de 5 anos (2009)	173
Transmissão de HIV da mãe à criança	1995: 20% 2009: 2,5%
Peso das crianças (2007)	32% entre os 7 e os 9 anos têm peso a mais ou sofrem de obesidade. Portugal regista um dos níveis mais elevados de obesidade entre as raparigas adolescentes
Educação pré-escolar (3-4 anos)	72,3% (71,5% média da OCDE)
Taxa de iliteracia	1991: 11% 2001: 1%
Taxa de abandono escolar	1998: 82% 2004: 39,4%
Taxa média de retenção	2004/2005: 12,2% (educação básica) 2008/2009: 7,7% 2004/2005: 33% (educação secundária) 2008/2009: 18%
Número de crianças institucionalizadas	2008: 13,910 2009: 12,579
Taxa de desinstitucionalização	2006: 19% 2008: 27%
Em Perigo (CPCJ) (a)	2009: processos instaurados 28.401 (menos 3% do que em 2008). -Principais problemáticas: Negligência: 36,2% (9168); Exposição a modelos de comportamento desviante: 17,4% (4397); Maus tratos psicológicos/abuso emocional: 14% (3554); Abandono escolar: 14% (3544); Maus tratos físicos: 7% (1777); - Principais instituições sinalizadoras: estabelecimentos de ensino (23,2%), seguido pelas autoridades policiais (17,8%); - A maioria das crianças é do sexo masculino (53,1%); - Número de crianças oriundas dos PALOP diminuiu; o de outros países aumentou.

Fonte: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 2003; UNICEF, 2003, 2010; Instituto de Segurança Social, 2007; Sarmiento, 2008; CNPCJR, 2009; Tomás e Fernandes (n.d).

(a) Foram caracterizadas 25335 (89,1%) crianças e jovens quanto às principais situações de perigo motivadoras da intervenção.

Um último dado que é importante referir sobre a situação das crianças portuguesas, como já foi afirmado anteriormente, é o da pobreza. Segundo dados da Comissão Europeia a taxa de risco de pobreza infantil é de 24% (a média europeia é de 19%) (EU SILC, 2005). Portugal é um dos oito países onde se registam níveis mais elevados de pobreza nas crianças e o risco abrange tanto crianças que vivem com adultos desempregados como as que vivem em lares onde não há desemprego (REAPN, 2007).

3. A título de conclusão

A densidade sociológica que transparece da análise da situação da infância remete-nos para uma realidade paradoxal. Por um lado, a situação global da infância portuguesa melhorou significativamente nas últimas décadas: baixas taxas de mortalidade infantil; melhoria significativa das condições de conforto; combate a formas extremas de privação e pobreza; aumento global e progressivo da frequência da educação infantil; quadro legislativo avançado nomeadamente após a ratificação da Convenção dos Direitos da Criança. Por outro lado, são desiguais os desenvolvimentos dessas melhorias, por efeito das desigualdades sociais e porque as medidas de política adoptadas nem sempre são convergentes com os resultados esperados, senão vejamos alguns exemplos: elevadas taxas de pobreza infantil; baixa frequência da escolaridade pós-obrigatória; a mobilidade geracional mais baixa da Europa; maus-tratos e negligência elevados; níveis altos de obesidade infantil; pouco tempo para brincar com os pais; a discrepância entre a lei escrita e a sua aplicação.

Os dados referidos remetem-nos ainda para as dimensões culturais e simbólicas da infância em Portugal. As crianças continuam a ser consideradas como seres incompetentes e como sujeitos passivos nos seus mundos de vida (Sarmento 2004; Tomás, 2007; Fernandes, 2009).

As crianças foram, e continuam a ser, consideradas pela sua *negatividade constituinte* (Sarmento, 2004) e não como actores sociais. De facto, as crianças continuam a não ter uma existência substantiva enquanto categoria social o que é uma marca poderosamente incrustada na sociedade portuguesa. Torna-se necessário, assim, desconstruir criticamente a ideia de infância como categoria homogénea e discutir o próprio processo de construção de imagens e representações associadas à infância e às crianças, porque ele é, em si mesmo, um processo socialmente construído.

Neste artigo, partiu-se do quadro teórico ancorado na Sociologia da Infância, que considera a criança um actor social, com uma acção socialmente relevante. Um sujeito de direitos, considerados numa interconexão entre as dimensões da provisão, da protecção e da participação (Fernandes, 2009). Um ser competente nos seus mundos de pertença, onde estrutura relações constitutivas de ordens sociais infantis e um ser que se exprime simbolicamente através das culturas da infância (Sarmento, 2004), marcadas pela ludicidade,

pela fantasia, por dinâmicas singulares de relações de pares e de organização do espaço-tempo.

A infância é neste artigo considerada uma construção social por oposição à ideia de universalidade. Uma categoria geracional marcada por relações de alteridade face aos outros grupos geracionais. É também, simultaneamente, co-construída e desconstruída pelas próprias crianças nos seus contextos sociais e culturais.

A importância destas questões prende-se como facto de que o modo como o mundo adulto conceptualiza a infância e as crianças interfere objectivamente nos modos como se relaciona com ela. O questionamento dos olhares sobre a infância surge, assim, como uma dimensão fundamental e necessária de reflexão por parte dos diversos profissionais na sua acção e interacção com as crianças (educadores, professores, animadores socioculturais, entre outros). Nesta acepção, consideram-se as crianças actores sociais e não objectos de intervenção o que possibilita a desconstrução visões pré-determinadas sobre elas.

Ainda sobre esta questão, é também importante admitir a pluralidade de infâncias e de crianças, para assumir, desta forma, a complexidade da realidade educativa, uma vez que as instituições educativas são frequentadas por crianças com histórias e percursos sociofamiliares e culturais diversos.

Nesta discussão, pergunto: serão os contextos educativos espaços reveladores destas

especificidades? Serão os contextos educativos espaços onde a criança tem o direito de usufruir da infância na sua plenitude?

Tentar encontrar referências explícitas ao papel da criança dentro da organização educativa, ou ao seu espaço e papéis na relação que se estabelece entre a escola e a comunidade ou entre a escola e a família, revela-se uma tarefa árdua porque na maioria das vezes o enfoque é quase sempre adulto-centrado e atravessado por lógicas de poder muito verticalizadas. Mais ainda, muitas das apregoadas e defendidas intenções como as de “dar voz às crianças”, “a audição das crianças” ou a “participação das crianças” não significam por si só ou *a priori*, primeiro que as crianças tenham garantido o direito de se poder expressar; segundo, que todas elas o façam ou que falem sobre o que pretendem; e terceiro, também não garante que mesmo falando elas sejam ouvidas ou que o que têm para dizer seja interpretado em conformidade com o sentido que queriam (Ferreira e Rocha, 2010, *apud* Ferreira, 2010).

Em jeito de conclusão, pode-se afirmar que nos encontramos perante duas exigências. A primeira é a de inserir a educação num quadro conceptual que a coloque *para além da qualidade* (Dahlberg, Moss & Pence 1999). Os autores criticam a versão de qualidade dominante nos discursos, manuais e práticas dos serviços para a infância e que tendem a valorizar quase exclusivamente a melhoria do desempenho escolar. Uma outra visão, possibilitará (re)posicionar as crianças no centro da acção educativa, mobilizando as suas competências, as suas identidades e a sua participação. Em fim último, reconstrói a instituição escolar em *locus* de cidadania (Vasconcelos 2007). A segunda exigência é da valorização dos *ofícios* da criança. Como afirma Sirota (1998), a passagem do *ofício de brincar*

e do *ofício de aluno*, ao *ofício de ser criança* obriga ao reconhecimento das crianças como actores sociais, ou seja, de deixar de falar sobre as crianças para, sobretudo, falar com elas.

A assunção desta postura conduz-nos quase de imediato para a necessidade de ultrapassar concepções actuais, centradas na organização de serviços, para uma concepção centrada nas crianças. Está-se aqui a defender a criança como sujeito de direitos e não como utente ou cliente de serviços.

A ambiguidade que trespassa o discurso sobre os direitos das crianças e a dificuldade no acesso por parte daqueles que tanto deles precisam não são uma fatalidade, são um desafio para todos aqueles que se interessam pelas crianças e pelos seus direitos.

Referências

- Almeida, A & Wall, K. (2001). Família e Quotidiano: Movimentos e Sinais de Mudança. In J. M. Brandão de Brito (org.), *O País em Revolução* (pp. 277-307), Lisboa: Editorial Notícias.
- Annan, K. (2001). *We the Children, Meeting the Promises of the World Summit for Children*. Nova Iorque: UNICEF.
- Cunha, V. (2007). *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais.
- Dahlberg, G., Moss, P., & Pence, A. (1999). *Beyond Quality in Early Childhood Education and Care: Postmodern Perspectives* (1st Ed.). London: Falmer Press.
- Fernandes, N. (2009). *Infância, Direitos e Poder. Representações, Práticas e Poderes*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fernandes, N. e Tomás, C. (no prelo). The Evaluation of the Impact of the EU Instruments Affecting Children's Rights with a view to Assessing the Level of Protection and Promotion of Children's Rights in the EU: Report on Portugal. In Public Policy and Management Institute. *Evaluation of the Impact of the EU Instruments Affecting Children's Rights*. Lithuania: PPMI.
- Ferreira, M. (2010). “-Ela é nossa prisioneira!” – Questões Teóricas, Epistemológicas e Ético-metodológicas a propósito dos Processos de Obtenção da Permissão das Crianças Pequenas numa Pesquisa Etnográfica. *Revista Reflexão e Acção – Revista do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação e Mestrado da UNISC*, 18(2), 151-182.
- OECD (2009a). *Doing Better for Children*. Paris: OECD.
- OECD (2009b). *Taxing Wages 2007-2008:2008 Edition*. Paris: OECD.
- Portugal, S. (2000). Retórica e acção governativa na área das políticas de família desde 1974. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 81-92.
- REAPN (2007). *Indicadores sobre a pobreza. Portugal e União Europeia*. Porto: REAPN.
- Sarmiento, M. (2004). As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da 2ª Modernidade. In M. Sarmiento e A. Cerisara (org.), *Crianças e Miúdos. Perspectivas Sócio-Pedagógicas da Infância e Educação* (pp. 9-34), Porto: Edições Asa.
- Sarmiento, M. (2008). Os Olhares da Sociedade Portuguesa sobre a Criança. *Relatório do Estudo A educação das Crianças dos 0 aos 12 anos*. Lisboa: CNE.
- Save The Children (2010). *Women on the Front Lines of Health Care: State of the World's Mothers 2010*. United States: Save the Children.

Sirota, R. (1998). L'émergence d'une Sociologie de l'enfance: Évolution de l'objet, Évolution du Regard. *Éducation et Société. Revue Internationale de l'éducation*, 2, 9-33.

Tomás, C. (2007). Há muitos mundos no mundo...Direitos das crianças, Cosmopolitismo Infantil e Movimentos Sociais de Crianças – diálogos entre crianças de Portugal e Brasil. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga.

Wall, K., Nunes, C., & Matias, A. (2005). *Immigrant Women in Portugal: Migration Trajectories, Main Problems and Policies*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

UNICEF (2010). *Situação Mundial da Infância 2011. Adolescência: Uma Idade de Oportunidades*. Nova Iorque: UNICEF.

Tomás, C. & Fernandes, N. (no prelo). *Comments on CRC Concluding Observations on Portugal*. Lithuania: PPMI.

Vasconcelos, T. (2007). A Importância da Educação na Construção da Cidadania. *Saber (e) Educar*, 12, 1-9.